

## O CASO DO PARÁ: CONFLITO, VIOLÊNCIA E MORTE

*Aula inaugural do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio,  
realizada em 05 de março de 2005*

– Senhor, um dia eu tenho que falar essa história, mas que não desça mais uma lágrima. Que eu tenha coragem de falar.  
Maria Joel Dias da Costa, 2005.

*Havia o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, mas o latifúndio da região organizado, articulado tinha decidido eliminar totalmente o Sindicato, que era muito combativo. Então começaram a assassinar. Primeiro foi o presidente do sindicato: João Canuto. Depois assassinaram muitos trabalhadores rurais e os líderes. Assassinaram também dois filhos de João Canuto, que eram diretores do Sindicato. Um outro presidente teve que fugir precipitadamente para não ser assassinado. Tentaram assassinar Expedito, um outro presidente do Sindicato, e tinha uma lista de marcados para morrer, inclusive Padre Ricardo, entre outros.*

*Frei Henri Burin des Roziers, 2005.*

---

**Ricardo Rezende Figueira** - Boa noite. É uma honra ter conosco pessoas como Dona Maria Joel e Frei Henri. Ambos são corajosos e enfrentam situações difíceis. A minha esquerda se encontra a Dona Maria Joel, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Ela é maranhense, tem quatro filhos e está ameaçada de morte. Seu marido, ex-presidente do mesmo Sindicato, foi assassinado em uma morte anunciada, como um dos personagens de Garcia Marques. Outro diretor do mesmo Sindicato e a testemunha da morte do seu marido também foram assassinados. Além deles, mais diretores do Sindicato estão ameaçados. Estamos diante de uma sucessão de mortes, além de anunciadas, seletivas, o que lembra a região de Rio Maria no Pará, até 1992. Ali, sindicalistas e seus parentes foram assassinados em um prazo curto de tempo. A cidade, o estado, o país, a opinião pública não conseguiram conter o gatilho dos assassinos e os pistoleiros agiram.

*Em 2 de fevereiro deste ano (2005), no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, houve uma reunião entre os ameaçados*

de morte e o ministro Nilmário Miranda, Secretário Nacional de Direitos Humanos. Apesar desta reunião e de outra realizada logo depois, em Belém, em 12 de fevereiro, irmã Dorothy Stand foi assassinada. Isso demonstra a ousadia dos fazendeiros no Pará. A impunidade prevalece e suscita novos crimes.

Maria Joel poderia ter recuado com a morte do marido, com a morte de outros, com as diversas ameaças que sofreu. Mas ela é teimosa naquilo que é necessário. E continua defendendo a sua causa e a causa da população trabalhadora daquelas terras paraenses. Os filhos, angustiados, perguntam:

– “Mãe, o pai já morreu, a senhora continua nessa luta”?

Maria Joel é uma dessas mulheres fortes, corajosas e bonitas que colocam a sua vida em risco por uma causa maior.

O outro convidado, Henri Burin des Rozières, é frade dominicano, de nacionalidade francesa, doutor em Direito Internacional Comparado, com tese premiada. Mesmo sendo de família de posses e com outros interesses, defendeu imigrantes em Paris na década de 1960 e está no Brasil desde 1978 trabalhando na Comissão Pastoral da Terra. Como Maria Joel, é ameaçado de morte. Segundo a imprensa, para assassinar a irmã Dorothy ofereceram aos pistoleiros R\$ 50.000. Para o Frei Henri oferecem R\$ 100.000. É um homem discreto, faz o trabalho cotidiano de ir a delegacia visitar os presos e ao fórum para que os prazos não sejam perdidos. Carrega as pedras e quem brilha são os outros. Na hora do júri, quem aparece não é ele, sentado discretamente entre os auxiliares da promotoria. Alguns bons criminalistas se ofereceram gratuitamente para ajudar e o fazem. Temos por exemplo, o atual Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg, quase eleito presidente da Câmara dos Deputados, e, de sua equipe, Dra. Michael, e, de Belém, os advogados Egídio Sales Filho e Jorge Farias. Fazem parte da equipe de Frei Henri. Graças a essa atuação e a dos grupos de solidariedade do Brasil e do exterior, impulsionados pelo Comitê Rio Maria, rompeu-se o ciclo de impunidade e pela primeira vez no Pará fazendeiros e pistoleiros foram condenados. Mas há ainda impunidade. São necessárias novas mobilizações jurídicas e políticas, nacionais e internacionais.

Frei Henri desenvolve suas atividades com determinação. Ele reclama e é movido por um sentimento de indignação contra o que con-

*sidera injustiça. Mas pode e deve festejar vitórias: pela primeira vez se julgou e condenou envolvidos em crimes contra lavradores no Pará. E, o segundo aspecto positivo, desde 1992, nenhuma liderança de trabalhadores rurais foi morta na diocese de Conceição do Araguaia.*

*No entanto, há novos assassinatos de lideranças, mortes seletivas, em outras regiões do Pará. E quanto aos que foram julgados e condenados é dramático saber que ninguém está preso, os pistoleiros fugiram e os fazendeiros conseguiram a liberdade através de recursos judiciais.*

*Poderíamos nos perguntar por que isso interessa à academia, à universidade, à PUC-Rio. Uma resposta pode ser dada pelo próprio Frei Henri e pela Dona Joelma. Agora, vamos ouvir Dona Maria Joel, conhecida como Dona Joelma. Ela pode nos contar um pouco da sua história.*

**Maria Joel Dias da Costa:** Boa noite a todos e a todas. Eu sou Maria Joel Dias da Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Também sou viúva do sindicalista José Dutra da Costa, mais conhecido como Dézinho. Quando Padre Ricardo fez as apresentações, ele citou o Frei Henri, advogado, com seus cursos, mas quem vai falar pra vocês agora é uma mãe, uma mulher trabalhadora rural, que não tem curso superior. Me sinto muito elogiada de ter recebido um convite, através do Padre Ricardo, pra estar aqui hoje perante vários estudantes. Estar conhecendo a universidade pra mim também é novidade, nunca tinha visitado. Eu vim lá de Rondon do Pará, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, filha de trabalhador rural também, pra conhecer uma grande estrutura que hoje vocês tem aqui – um privilégio muito grande – para estarem se capacitando e saindo daqui doutores e doutoras em vários níveis. Isso pra mim é muito grande. Eu me sinto até sendo premiada, essa é a palavra certa. Eu fico muito nervosa, não por estar olhando pra vocês, mas porque eu gostaria de estar vindo aqui hoje pra contar uma história totalmente diferente. Eu gostaria que a Joelma saísse lá de Rondon do Pará e viesse conhecer o Rio de Janeiro, que só conhecia por televisão, através do Jornal Nacional, através das novelas, para contar uma outra história. Não uma história de tristeza, de dificuldade. Eu não desejo a minha história pra nenhuma mulher, tampouco pra nenhum homem. Eu quero dizer pra vocês que é difícil cada vez que eu falo, mas teve momentos na minha vida de sofrimento que eu pedia a Deus nas minhas orações onde eu falava:

– “Senhor, um dia eu tenho que falar essa história, mas que não desça mais uma lágrima. Que eu tenha coragem de falar”. E eu estou conseguindo aos poucos.

Aqui, eu sei que muito jovem e muita jovem, até mesmo mãe de família que talvez esteja aqui nesse auditório, não conhece a realidade da vida do campo, quais são as dificuldades. Aqui muitas vezes vocês recebem o arroz e o feijão, enfim, tudo o que se planta na terra, mas não sabem de que forma (a maioria não deve saber), qual a dificuldade que isso tem trazido no Brasil e no Estado do Pará. Chegou até o momento de dizer que o Pará é terra sem lei. Acho que muitos de vocês que assistiram o jornal ouviram essa frase para o Pará: cidade e estado sem lei. De uma certa forma, algumas pessoas que não entendem a luta, ou entendem e fingem não compreender, acharam isso um absurdo. Lá mesmo, no meu município, foi muito forte isso. Deu até enquete no rádio com alguém colocando suas posições sobre o que achava dessa palavra “terra sem lei”. Pra mim o Estado do Pará, lá no meu município, eu considero sim. Porque eu sou a viúva do Dézinho.

Dézinho foi assassinado e teve uma vida na luta social, no sindicalismo, fazendo uma batalha pela reforma agrária e isso custou a vida do Dézinho. Porque ele defendia aquelas pessoas menos favorecidas, que não tinham condição de sobrevivência, que estavam desempregadas. Ele fazia aquela luta para que a mãe de família, para que o pai de família tivesse o seu feijão, tivesse o seu arroz na sua mesa para os seus filhos.

Ele tinha sempre um dizer:

– “A minha luta é em prol dos menos favorecidos. Para que o filho daquele menos favorecido não seja um marginal ou para que a filha, que é mulher, não venha a se prostituir para ganhar a sua vida, para comprar um par de sapato, para comprar um vestido bonito”.

Então, ele tinha sempre esse discurso. Porque ele queria que aquele trabalhador desempregado tivesse o pão na sua mesa sem precisar utilizar outros meios. Para que com o suor do rosto o trabalhador comesse o pão – isso é até bíblico, vocês sabem disso. Dézinho fez essa luta muito forte no município de Rondon do Pará, numa área ocupada. Ele teve dois mandatos de Presidente do Sindicato aonde tinha uma área ocupada por quase 200 famílias. Dézinho não fez do sindicato dos trabalhadores rurais um sindicato que só aposenta, que só encaminha a pensão, que só encaminha o auxílio doença. O Dézinho foi mais longe na luta pela sobrevivência, porque ele entendia que aqueles trabalhadores, que eram desempregados, iriam resolver seus problemas tendo um pedaço de terra para se auto-sustentar. Mas isso custou muito caro. Daí

começaram as ameaças contra ele. Ele buscou informações e soube que aquelas terras eram griladas: terras que não tinham documentos legais. Por ser esta pessoa que tinha conhecimento, por falar coisas que de fato eram verdade e por cobrar os governos, tanto municipal, estadual e federal, o Dézinho hoje... Eu sou a viúva do Dézinho.

Foram sete anos de ameaças. Várias vezes tentaram matar o Dézinho e sempre existia uma defesa, através da forma dele, mas em 21 de novembro de 2000, após sete anos de ameaças, conseguiram concluir. Por causa da luta pela terra. Eu fiquei com quatro filhos e também fui pra luta, além da cobrança pela morte do Dézinho. Cobrança das autoridades que são responsáveis. Hoje sou a Presidente do Sindicato e também tenho a mesma função: encaminhar aposentadoria e a questão muito forte, que é a luta pela terra no Estado do Pará. E eu sou essa mulher de cobrança, de fazer justiça, no caso do Dézinho e nos casos de outros companheiros que também tombaram pela luta, como recentemente no caso do Ribamar Francisco dos Santos, que trabalhava junto comigo, era tesoureiro do Sindicato. Em sete de fevereiro deste ano fez um ano que assassinaram também o Ribamar. Hoje, a Joelma também é ameaçada. No meu município e no Estado do Pará eu ando acompanhada de dois policiais. Eu não tenho mais a minha liberdade como eu tinha antes por fazer esta luta no município de Rondon do Pará. Nós sabemos que na questão da reforma agrária existem várias coisas que atrapalham. O processo da reforma agrária, o nosso governo estadual não tem interesse, o governo municipal também não tem interesse, a gente vê com interesse de fazer algo o governo federal, mas também não tem avançado. Existem várias coisas para que o governo federal avance mais nessa questão. Em Rondon do Pará nós temos três áreas ocupadas, tendo mais ou menos três anos uma área, um ano outra área, dois anos e assim por diante.

E as ameaças continuam. O enfrentamento continua e a morosidade do Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária) é uma realidade. É mais ou menos isso que eu vou colocar no primeiro momento.

**RRF** - *Você poderia nos contar como foi a morte do seu marido? O que aconteceu?*

**Maria Joel:** [Foi] como eu falei minutos atrás. O Dézinho passou sete anos de ameaças. Por várias vezes tentaram matar, mas ele sempre teve a sabedoria de se defender. Existia uma grande vigília por minha parte. Ao Dézinho sair pra rua eu ficava em desespero, eu ficava tranqüi-

la quando ouvia ele batendo à minha porta, ele pedindo pra abrir a porta, às vezes atrasava. Eu ficava numa aflição enorme! Num belo dia, dia 21 de novembro de 2000, o Dézinho tinha saído de uma campanha na qual ele tinha sido candidato a vereador no município de Rondon do Pará. Ele ficou por três votos para ser eleito, mas teve um outro companheiro que ultrapassou dentro da coligação. E tinha uma história no município de que, caso o Dézinho viesse a ser eleito, ele não sentava na cadeira. Daí criou-se um medo muito grande dos trabalhadores, que já tinham uma relação muito grande e gostavam do Dézinho. Muitos trabalhadores tiveram medo de votar, porque achavam que se votassem e ele fosse eleito iam matar o Dézinho. Acontece que era só mais um medo para botar na sociedade. Eleito ou não eleito estava planejado para matarem o Dézinho mesmo.

Teve pessoa que ouviu numa roda de conversa dos fazendeiros da região que o Dézinho não passaria a festa de Natal com a família. O irmão dessa pessoa que avisou o Dézinho foi um dos pistoleiros contratado para matá-lo, mas como essa informação vazou esse pistoleiro foi morto pelo próprio fazendeiro por ter deixado vazar a informação. Ou seja, queima de arquivo. Isso foi no final de outubro. Passadas duas semanas mais ou menos, chegou um homem na minha porta vestido de trabalhador, como pessoa que estivesse necessitada da ajuda do Dézinho. Porque o Dézinho era um homem que ajudava mesmo as pessoas, sem medir esforços. Dentro das possibilidades ele estava sempre pronto para contribuir com o trabalhador. Ele não pensava duas vezes.

Então este homem veio a procura do Dézinho dizendo que o avô dele tinha morrido e ele queria encaminhar uma pensão da avó. Como ele tinha recebido a informação de que o Dézinho ajudava as pessoas, ele tinha vindo justamente para que o Dézinho o ajudasse no encaminhamento da pensão da avó dele. Eu disse:

– “Você volta amanhã porque o Dézinho não está em casa”.

Daí ele disse:

– “Não, mas eu espero!”

E aí eu fiquei conversando com ele. Ele sentou do meu lado, pediu água, mandei pegar. Como ele insistiu em falar com o Dézinho, eu chamei minha filha caçula, que tinha 11 anos na época, e mandei chamar o pai que estava na vizinhança. A menina chamou o pai. Dézinho demorou um pouco. Nisso o homem saiu e disse:

– “Vou aqui ao lado, na venda. Vou comprar um cigarro enquanto o Dézinho chega”.

Quando levei ele até a porta o Dézinho tava chegando. Eu disse:

– “Olha, o Dézinho tá chegando”.

Fora do portão da minha casa eles conversaram. A mesma história que falou pra mim ele falou para o Dézinho. Eu deixei eles conversando e entrei. Segundos depois eu ouvi os disparos. Aquele homem que passou por trabalhador necessitado! Jamais eu imaginaria que era o matador do meu esposo. Então eu tive que chamar a nossa filha caçula pra chamar o pai para morrer. As mulheres que são casadas, as mulheres que têm os seus maridos, as mães de família, os jovens que hoje aqui me escutam podem dizer assim:

– “Por que essa mulher ainda luta? Vários companheiros foram assassinados, o esposo foi assassinado, mais um companheiro recentemente foi assassinado e essa mulher ainda continua no sindicato?”

Porque ao pensar a covardia das pessoas que tem dinheiro, das pessoas que pensam só a sua volta e matam sem nenhum sentimento, não sabem o que é a dor de uma perda, de uma mulher, dos filhos, pra continuar a sua vida sozinha. Isso muitas vezes te dá coragem, te dá ânimo de fazer a luta, inclusive de pedir justiça pela morte do seu companheiro. E é isso que eu estou fazendo.

E vou dizer pra vocês que esse pistoleiro só está preso hoje porque por mais que meu esposo no momento foi alvejado por três tiros no peito, Deus deu toda coragem pra ele de pegar o pistoleiro, traçar uma luta, na época a prefeitura estava fazendo umas valas para colocar uns tubos e eles caíram dentro daquelas valas. Por mais que meu esposo já estivesse morto, teve coragem. Deus deu a coragem, dizendo assim:

– “Tu tem que ficar com esse homem, segurar esse homem, senão nem isso vocês vão ter”.

E daí eu chamei a vizinhança desesperada pedindo socorro. Teve um vizinho que chegou primeiro, depois chegaram os outros vizinhos. Quando tiraram o Dézinho daquele buraco ele já estava morto. Tiraram o pistoleiro, que tentou correr, mas pegaram ele. Queriam linchá-lo, mas eu não deixei. Porque através daquela pessoa, eu pensei comigo, se conseguiria chegar ao intermediador, até o mandante. Mas foi engano. Essa pessoa que chegou primeiro comigo, um ano e meio depois, tira-

ram ele de dentro da sua casa e dois quarteirões após sua casa assassinaram com três tiros na cabeça. Porque foi aquela pessoa que deu todo apoio pra mim. Amarrou o matador

E daí, um ano e meio depois, mataram. E agora, recentemente, um ano atrás, foi o Ribamar Francisco dos Santos. É mais ou menos essa a história de Rondon do Pará. É essa a luta pela terra que a gente faz com muito sacrifício, com muita dificuldade, fazendo a cobrança para os governos municipal, estadual e federal. E hoje eu vim aqui, no meio de vocês, numa área que é totalmente diferente da minha, expor o que acontece no meu município de Rondon do Pará, no Estado do Pará. Eu só tenho que agradecer a vocês por ouvirem um pouco da minha história. Obrigada.

**RRF** - *Dona Joelma é um exemplo de persistência, apesar dos perigos. Agora vamos ouvir Frei Henri Burin des Roziers que trabalha em Xingu-área, no sul do Pará.*

**Frei Henri Burin des Roziers:** Eu quero agradecer primeiro à Professora [Maria] Aparecida [Barbosa Marques], a toda a turma do Departamento de Serviço Social, ao Reitor da PUC-Rio, que organizaram essa oportunidade de ouvirmos a Dona Joelma, que eu tenho a graça (1) de acompanhar.

Eu acho, primeiro, que é uma graça, para a Comissão Pastoral da Terra, poder acompanhar pessoas como a Dona Joelma. Porque a função da Pastoral da Terra é estar a serviço da causa dos trabalhadores rurais, de pessoas como ela, líderes sindicais, líderes do movimento dos sem-terra, que lutam para que os trabalhadores rurais possam ter acesso a terra, a dignidade e a vida. Vocês ouviram ela [...] O essencial é o que vocês ouviram dela [...]

Da minha parte, vou tentar ajudar vocês, que estão aqui tão longe da região Norte, principalmente do Pará, que é até hoje o Estado mais violento na luta pela terra no Brasil. Ajudar, se possível, a entender um pouco do por quê desta violência. Qual [é] a causa desta violência na questão da terra. Vou tentar explicar quais são as forças que se opõem com esta violência.

O Pará é um Estado rico porque tem muita mata, muita floresta, muita madeira de lei e porque a terra é boa. Ao redor do Pará tem outros Estados muito mais pobres como: o Maranhão, o Tocantins e o Piauí. Na história da ocupação do Pará, que começou do sul para o norte, quem veio primeiro, para o aproveitamento das suas riquezas, foram os madeireiros, além dos índios, que no século XIX foram quase exterminados. Apesar de que, graças a Deus, continuam a existir muitas reservas indígenas.

[...]A partir do século XX, principalmente nos anos 1960, começaram a entrar grupos poderosos de madeireiros interessados pela floresta, pela madeira de lei – mogno, jatobá, pau-brasil – para extrair, exportar ou vender. Isso dá muito lucro. Entram também junto os fazendeiros, que estão interessados em, uma vez devastada as áreas, fazer grandes pastagens e grandes fazendas de agropecuária. Também entra uma multidão de pequenos trabalhadores rurais, que venderam suas terras em outros estados e aqueles que não tinham terra, mas chegaram para conseguir suas possibilidades de viver naquela terra.

Quando entraram lá, no sul do Pará há 30 ou 40 anos atrás, as terras eram quase todas públicas e o governo começou a distribuir as terras. Distribuindo sempre, sempre, em favor dos grandes, que vão desenvolver grandes culturas e pecuária, que vão dar grande riqueza em exportação para o Brasil. O governo já entregou muitos títulos no sul do Pará aos grandes naquela época, desde 1960 até os anos 1990. De maneira que os pequenos que estavam lá, às vezes antes dos outros, de repente se encontram numa terra na qual o grande latifúndio diz ser dele. Inclusive, porque quando receberam estes títulos de grandes áreas, muitas vezes registraram no cartório esses títulos como uma área muito maior do que realmente eram. Por exemplo, dez mil hectares foram registrados – com a cumplicidade dos cartórios – como se fossem de 20 ou 30 mil hectares. Isso criou um problema evidentemente explosivo porque os pequenos, que na época eram posseiros, queriam ficar. Isso provocou um conflito violento. Então foi pela força da resistência da organização desses pequenos que as instâncias do governo federal – o Incra – foram obrigadas a desapropriar e assentar bastante pequenos.

Mas a imensa maioria das terras ficou nas mãos dos grandes, que às vezes têm terras totalmente griladas: com falsos títulos. Às vezes, uma parte com títulos e uma outra parte imensa com dezenas de milhares de hectares de terras griladas. [É] isso que cria esta confusão. Atualmente temos esse problema. Ninguém sabe quais são os títulos certos e quais não são. Depois, nessa região mais ao sul do Pará o desflorestamento já está quase terminado. Na região do extremo sul do Pará já está quase tudo desmatado.

Quando eu cheguei em 1970 era só floresta. Agora não. Tudo já foi desmatado e está nas mãos dos grandes latifundiários. Algumas áreas são desapropriadas para comunidade e outras estão em suspenso. Mais para a frente, esta mesma história continua: agora mais para o norte,

mais para o oeste, na nova fronteira agrícola que, inclusive, é onde mais ou menos trabalhava a irmã Dorothy, que foi assassinada.

Também chegou depois, cerca de dez a 15 anos atrás, um outro fator que foram novos trabalhadores sem-terra, principalmente do MST (Movimento dos Sem-Terra), que chegaram nessa terra que eram ocupadas ilegalmente pelos grandes latifúndios. Como as terras estavam ocupadas e eles precisavam de terra para os acampamentos, eles ocuparam terras, teoricamente na mão do poder dos grandes latifúndios, que seriam improdutivas, segundo a avaliação deles – um conceito importante que deve se refletir. Essa ocupação provoca, inevitavelmente, conflitos muitos violentos. Então, esses são os fatores que existem atualmente: os madeireiros, que na nossa região está terminado. Tem um pouco mais na região da Dona Joelma, que fica a 400 km mais ao norte de nós, que estamos ao extremo sul, na região de Dorothy, e ainda mais na região que se chama de – certamente vocês já ouviram falar – Terra do Meio. Atualmente toda a imensa terra entre Altamira e os rios Iriri e Xingu, perto de São Félix, é terra de ninguém. Atualmente são terras públicas e todo mundo se precipita lá e recomeça a história: madeireiro, fazendeiro, pequenos que entram. Terras públicas que pouco a pouco são entregues aos grandes. Não sei se ajudou a entender um pouco do porque que este conflito é extremamente forte entre o latifúndio, agora o agro-negócio, e do outro lado os pequenos.

Também tenho que dizer que atualmente o novo problema que está surgindo é a entrada da soja, que entra massivamente desde uns anos para cá nesta região do sul do Pará. Porque tem dois anos de terminado o ciclo do desmatamento. O sul do Pará é também extremamente importante para a agropecuária, para o mercado de exportação da agropecuária. Mas entra agora a soja que é outro problema, que vai criar novo problema ecológico e novo problema social para os pequenos que ficam lá e são pressionados por outros grupos, com outros interesse na agricultura da soja que, como vocês sabem, tem um sucesso prodigioso na economia brasileira, por causa da necessidade da China, entre outros países.

Qual o resultado de tudo isso?

Para dar uma idéia para vocês, na nossa região do sudeste do Pará, mais a região da Dona Joelma e no extremo sul do Pará, nós com duas equipes da Comissão Pastoral da Terra atendemos 39 municípios.

E foram criadas por toda esta luta que eu expliquei, quase 400 projetos de assentamento. Ou seja, áreas que foram desapropriadas para colocar comunidades em projetos de assentamentos dos pequenos agricultores. O que representa mais ou menos 45 mil famílias cadastradas e assentadas durante todo este tempo até hoje nesta região. Temos também 80 imóveis que são ocupados, que pertencem teoricamente aos grandes fazendeiros, mas que os sem-terra, sua organização sindical, por necessidades dos sem-terra, ocuparam para obrigar o governo a desocupar essa terra. Essas ocupações abrigam cerca de oito mil famílias. Além disso, temos atualmente nessa região mais ou menos 11 mil famílias que estão acampadas sob lonas, em condições terríveis de fome, de saúde, à beira da estrada, esperando e pressionando o governo para liberar terra. Mas não está fazendo. O que se percebe é que esses 400 projetos de assentamentos para os pequenos, pelo menos na nossa região do extremo sul do Pará, onde estão ao menos 100 projetos, não conheço nenhum, nenhum, que foi conseguido de mão beijada. Todos foram conquistados pela força. Contra a vontade dos fazendeiros. Ao entrar só solucionou um problema social explosivo. Solucionou. Não dava para esperar mais, porque já tinha mortos e outros ameaçados. Foi o caso do projeto de desenvolvimento sustentável de Dorothy. Em cima da hora, para evitar uma tragédia, desapropriaram e assentaram o pessoal. Ou seja, 400 projetos unicamente solucionados, infelizmente, pela violência. De um lado latifundiários, agro-negócio, e do outro posseiros sem-terra.

Esta violência se manifesta [...] estatisticamente da seguinte maneira: no Pará de 1964 até 2004 tivemos registrados 172 [casos de] trabalhadores assassinados, conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra. Casos conhecidos, registrados, comprovados, documentados! Obviamente, tem muito mais do que isso. Tivemos, de 1984 a 2004, 26 lideranças que foram executadas, quer dizer, crimes seletivos, como o marido dela [Dona Joelma]. Tivemos neste mesmo período, de 20 anos, 158 assassinatos no sul do Pará. Outro problema que explica essa violência é o não funcionamento da reforma agrária. Os trabalhadores rurais, desde muitos anos até hoje, fazem a reforma agrária na força, pela inoperância do governo. Fazem na marra: com suas próprias mãos. A consequência disso, que também é causa de violência, é a impunidade. Podemos dizer que até hoje a impunidade no Pará é total. Sobre isso eu posso dar o meu testemunho mais personalizado porque tem a ver com o meu papel quando cheguei no sul do Pará. Eu devia viajar para outro país da América latina, mas fui lá porque tinha um exemplo como aquele

de Dona Joelma, em 1991, extremamente significativo do que é a violência pela posse da terra. Havia o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, mas o latifúndio da região organizado, articulado tinha decidido eliminar totalmente o Sindicato, que era muito combativo. Então começaram a assassinar. Primeiro foi o presidente do sindicato: João Canuto. Depois assassinaram muitos trabalhadores rurais e os líderes. Assassinaram também dois filhos de João Canuto, que eram diretores do Sindicato. Um outro presidente teve que fugir precipitadamente para não ser assassinado. Tentaram assassinar Expedito, um outro presidente do Sindicato, e tinha uma lista de marcados para morrer, inclusive Padre Ricardo, entre outros.

O assassinato do Expedito foi uma bomba na época. Parecido com o assassinato da irmã Dorothy atualmente. Muitas entidades sindicais, de Direitos Humanos, da Igreja, decidiram: agora tem que parar a impunidade! Onde vamos chegar?

Foi feito um esforço e se organizaram dois grupos articulados no lado jurídico, com vários advogados, que ficavam na região e outros bons advogados que ajudavam de longe nos momentos difíceis, e do outro lado uma pressão política, sabendo que o jurídico sozinho nunca conseguiria. E fizemos um trabalho com muitos esforços pegando esses seis crimes desses líderes sindicais. Tínhamos que conseguir ir até o julgamento e a condenação. De fato, com muito trabalho (um problema incrível): fui obrigado a ir até a Comissão Interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos) para processar o Governo Brasileiro por morosidade e omissão na apuração desses crimes, pelo não funcionamento da justiça. Mas no fim chegamos, depois de anos, a quatro júris de condenação de pistoleiros que tinham matado Expedito e outros, considerados de alta periculosidade. E conseguimos, o que é muito raro no Brasil, dois júris de condenação de mandantes de crimes, fazendeiros.

Um fazendeiro que mandou assassinar o Expedito. E um outro fazendeiro de grande peso que a bancada ruralista do Congresso havia dito que nunca seria condenado. Se passaram 11 anos de luta incrível, com pressão nacional e internacional incríveis, mas chegamos à condenação – em junho de 2000 – deste fazendeiro a 19 anos e seis meses de prisão. Em 2003, depois de 18 anos, conseguimos a condenação de dois mandantes do assassinato de João Canuto de Oliveira, em maio de 2003. Uma vitória! Mas o problema é que todos os pistoleiros condenados fugiram. Fugiram! Dois fugiram da penitenciária de Marabá [...] Os

outros foram soltos e reapareceram na região de Rio Maria criando clima de terror. Estão soltos e são profissionais que continuam a matar.

E os mandantes do crime? Os que conseguimos condenar pela articulação desses grupos políticos, de solidariedade, desses grupos de advogados. Os três mandantes que foram condenados a 19 anos e meio de prisão. O que aconteceu?

Jerônimo Alves de Amorim, um fazendeiro poderoso, apesar de dois mandatos de prisão em 1994 continuou a andar durante cinco anos sem a polícia prender ele, foi só através de uma pressão tremenda em 1999 que o Ministro da Justiça, por causa da pressão internacional, deu ordem para a Polícia Federal entrar no jogo. Alegavam que era um problema do Estado, que a Constituição não permitia.

Mas a Polícia Federal trabalhou e seis meses depois pegou Jerônimo Alves de Amorim em Cancun, no México, com falso documento. Foi levado algemado e ficou preso em Belém. Esperou o julgamento, que se fez em seis de junho de 2000, foi preso e mandado para Goiânia, local de sua residência. Condenado a 19 anos e meio de regime fechado. Um mês depois, já na penitenciária de Goiás, gozava de todas as mordomias. Foi autorizado, inclusive, a ir ao casamento de seu filho fora. Agora ele está com tratamento domiciliar na sua luxuosa residência de Goiânia, digo por conivência dos médicos da região. Os dois outros que foram condenados em 2003, na presença de muitas autoridades internacionais, da Anistia Internacional, do Nilmário Miranda, do Presidente na época da Câmara Federal, João Paulo Cunha, entre outros.

Quando anunciaram a condenação, por unanimidade, a 19 anos e dez meses de prisão, deixaram eles soltos porque recorreram da condenação. Existe uma lei brasileira que dá essa possibilidade. Se recorrer da condenação pode-se ficar em liberdade até a sentença definitiva dos recursos. No fim do ano passado ganhamos todos os recursos em Belém e agora estão recorrendo ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça. E se encontram livres em Rio Maria e Xinguára. Então a impunidade continua de maneira total. Pelo lado dos pistoleiros e dos mandantes dos crimes não tem nenhum perigo. Sabem que, se por acaso, forem condenados em julgamento, de qualquer maneira, não vão ser presos. A situação hoje é essa.

O relato de Dona Joelma é um testemunho extremamente impressionante. Isso explica as duas causas desta violência: o não funciona-

mento da reforma agrária e a impunidade que continua total atualmente. Espero que tenha explicado a problemática geral [...] Muito obrigado.

**RRF** – *Frei Henri apresentou uma síntese dos problemas na região – conflito pelo uso e posse da terra e destruição do meio ambiente – e demonstrou sua causa básica, a concentração da terra. Há ainda o terceiro aspecto, o trabalho escravo contemporâneo por dívida. Através da Comissão Pastoral da Terra, ele tem desenvolvido uma atividade importante e necessária para enfrentar isso. É um interlocutor fundamental nas discussões em Brasília com os diversos ministérios: da Justiça, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário. Muito do que se tem feito para erradicação do trabalho escravo e para a contenção do crime no campo é fruto desse trabalho persistente. Dona Joelma gostaria de falar ainda mais uma coisa?*

**Maria Joel:** Eu gostaria de comunicar para muitos que estão presentes neste auditório que no município de Rondon do Pará nós teremos imensa satisfação de receber uma comissão daqui do Rio de Janeiro, da mesma forma que estão me recebendo aqui.

O Padre Ricardo já esteve lá fazendo um documentário com outros dois companheiros e uma companheira, [que] acho que não estão presentes aqui hoje. Eles ouviram algumas pessoas do nosso sindicato e deu pra conhecer um pouco da nossa realidade, conhecer a realidade do nosso sindicato, do nosso município, do Estado do Pará.

Lá em Rondon, através dele, a gente vai receber três pessoas que estão sendo muito esperadas, não só pelos trabalhadores, mas também pelo público da cidade. É uma mulher, e vocês sabem que a questão de gênero faz com que a gente sofra por ser mulher, eu mesma quando cheguei no sindicato fui desacreditada porque, se os vários homens que passaram não criaram um projeto de assentamento como que uma mulher ia fazer. Diziam:

– “Foi engano!”

Não sei se foi por pressão da morte do Dézinho ou se foi por uma coragem, de uma força, de uma cobrança, nós criamos quatro projetos de assentamento de uma vez. [Aplausos]. Nós tivemos várias conquistas também. E dentro desta equipe que Rondon do Pará está aguardando, pessoas que nós só conhecemos pela televisão, que aprendemos a gostar e a admirar, talvez nem sabiam que a Joelma estava lá em Rondon do Pará gostando da Leticia [Sabatela], da Camila [Pitanga], da Cristina

[Pereira], do Leonardo [Vieira]. Então várias outras mulheres e homens que a gente aprende a admirar pelo trabalho, que é uma coisa assim diferenciada da nossa realidade, mas que estão indo para contribuir com a luta daquelas pessoas que estão lá. Parece que chegou até um cartaz que a gente está divulgando e colando em vários pontos da cidade.

**Cristina Pereira:** Boa tarde. Esse cartaz que a Dona Maria Joel está segurando é sobre um ato cultural pela reforma agrária que vai haver no dia dez de abril [2005] às 15 horas na Praça da Paz, em Rondon do Pará, organizado pelo Sindicato. Terá a presença da Letícia Sabatela, que está aqui, nossa companheira, mais o Leonardo Vieira e a Camila Pitanga. Esses atores e artistas pertencem ao chamado Movimento Humanos Direitos, que foi organizado há dois anos. São artistas que trabalham, tem uma afinidade com as causas sociais, entre elas, a dos trabalhadores da terra, a luta contra o trabalho escravo. Eles utilizam a sua luz, o seu brilho para iluminar essas causas, para estar presente junto a essas pessoas, esses líderes, que lutam por essas causas sociais.

**Letícia Sabatela:** Eu vou falar o que eu tenho falado lá no movimento. Primeiro, eu tenho acompanhado o Frei Henri e o Padre Ricardo há muito tempo. A Cristina também é exemplar para mim, como uma atriz que se prestou a ir a esses lugares e a emprestar a sua imagem para ajudar pessoas que estão tão longe de nós.

E qual é a distância que existe realmente? Apesar de parecer distante é muito próxima de nós a questão da terra lá no Pará.

É isso que a gente percebe: que nos atinge diretamente de algum modo. O que está acontecendo lá no Pará não é uma questão para ser resolvida somente por eles. A questão da terra no Brasil não é para ser resolvida somente por movimentos populares relacionados a terra ou por trabalhadores rurais. É algo para ser visto, para ser resolvido por todos nós que queremos uma sociedade mais justa e mais igual.

**RRF -** *Na verdade, o fato da PUC-Rio ter convidado os dois, permite aos alunos e professores conhecerem melhor o Brasil que, no campo, resiste bravamente à violência e por isso é atacado ferozmente. Além disso, vindo para essa aula inaugural, ofereceu-lhes a chance de irem a outras universidades do Rio de Janeiro. Estão previstas palestras deles em três universidades públicas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense – e uma homenagem na Assembleia Legislativa do Rio. Enfim, é a chance de um diálogo produtivo,*

*uma oportunidade para quem está aqui para conhecer um ângulo do Brasil rural e, ao mesmo tempo, quem sabe, protegê-los, dando maior visibilidade a essa questão.*

**Maria Aparecida Barbosa Marques** - *Eu acho que poderíamos abrir para umas quatro ou cinco questões que o público queira perguntar. E expressamos a nossa alegria de poder estar realizando hoje esse evento, que nos toca pessoalmente e como instituição igualmente.*

**Público:** *Com a eleição do Lula houve uma grande esperança de mudanças sociais em diversas áreas, principalmente com a reforma agrária. Eu queria perguntar para vocês se efetivamente está sendo feito algo de diferente dos governos anteriores ou apenas na teoria? Está havendo alguma movimentação para que algo aconteça na reforma agrária?*

**Maria Joel:** Do ponto de vista que a gente tinha era de muita expectativa com o governo Lula. Claro que teve algumas mudanças sim. Mas dentro daquilo que a gente esperava não avançou tanto. Teve mudança. Mas em termos de avanços na altura que a gente esperava a coisa está muito lenta.

**Frei Henri:** Eu acho que é bem isso. Realmente, a reforma agrária não está se fazendo. Acho que no Pará é absolutamente certo. Todas as organizações conhecem isso. Falo do Pará que nós conhecemos, mas acho que no geral também. As desapropriações não se fazem. Há estatísticas que dizem que os números de famílias assentadas são manipulados, não correspondem à realidade. Os assentamentos estão em situação péssima. As estradas estão em estado catastrófico [...]

Então, realmente, não se faz. O que vai acontecer? Não sei. Porque os acampamentos esperaram. Essas 11 mil famílias acampadas em situação catastrófica esperaram e até agora nada foi feito [por eles], apesar das promessas. A única coisa que podemos reconhecer que não existia antes de 2003 é estar se evitando a repressão oficial de despejo da Polícia Militar. Atualmente nessas grandes regiões, mais na região dela [Dona Joelma], temos mais ou menos 30 áreas ocupadas que tem decisão judicial, decidida pelo juiz federal ou agrário estadual, de despejar ocupações que envolvem oito mil pessoas. Essas decisões existem, mas por pressão do governo federal, que conseguiu parar também o governo estadual, essas decisões não são cumpridas porque, por enquanto, o governo não dá autorização a Polícia Militar de acompanhar os oficiais de justiça para realizar o despejo. Isso é que é novo. Uma tenta-

tiva de segurar o máximo possível na esperança de que o Incra vai conseguir solucionar administrativamente essa situação explosiva. Isso não existia antes. Antes de 2003, quando existia uma decisão, não demorava muito para que a polícia de choque chegasse. Era uma brincadeira. Esse ponto sim é positivo. O resto, honestamente, não. A situação é extremamente tensa agora.

**Público:** *Boa noite. Eu sou engenheiro formado aqui na PUC há 30 anos. Estou voltando aqui de outra forma. Nós temos alguns grupos aqui no Rio que estão procurando fazer essa ponte, procurando apoiar os trabalhadores do Pará nessa luta para que eles não fiquem muito isolados. Como já foi falado várias vezes aqui, essa violência, essa barbárie se alimenta da impunidade e a melhor forma da gente combater a impunidade é exigindo-se apuração. Apuração rigorosa. No caso específico do Pará já há bastante provas que, apesar da impunidade generalizada no nosso país, lá é bastante pior. O Frei Henri já citou vários exemplos. A gente entende que está na hora de exigir a federalização das investigações e do julgamento dos acusados dos crimes ligados à posse da terra e aos Direitos Humanos no Pará. Então, nós temos um abaixo-assinado colocado ali na saída, basicamente, reivindicando isso. Na volta desses artistas de Rondon do Pará nós vamos tentar fazer uma entrega em Brasília desse abaixo-assinado. Importante que a gente esteja sintonizado com o sul do Pará. O sul do Pará é aqui. E nós estamos todos na mesma luta, apesar desta barbárie que assola o Rio de Janeiro.*

**Público:** *Boa noite. Meu nome é Marilene. Eu também estudei Direito aqui na PUC. Estou voltando hoje com a maior honra de poder conhecer ele [Frei Henri] de perto. Dele estar vivo! Porque isso é muito sério. E a Dona Joelma também. Quando aconteceu o problema do ex-presidente Fernando Collor, nós estudantes fomos às ruas pintamos a cara e tiramos o presidente. Então, já que está havendo essa mobilização toda com essas pessoas envolvidas, com o Padre Ricardo, com o Renato, enfim, todas as pessoas de vários movimentos, será que não era hora de cada um de nós olhar para o nosso irmão e de repente perguntar a ele... Não era hora de haver uma mobilização nacional, porque se Deus está nos dando a chance – não é beatice minha – de vocês estarem aqui vivos agora, com rádios presentes, com todo mundo presente, a Letícia, que vai a Rondon, a Camila, Leonardo, enfim. Se está havendo isso, será que não é a hora... Se houver uma mobilização nacional dos estudantes, desse movimento todo, do povo brasileiro, será que a gente consegue que haja reforma agrária com o presidente Lula?*

**Público:** *Primeiramente eu quero parabenizar essa universidade, a PUC-Rio, o Departamento de Serviço Social e o curso de Direito por essa iniciativa. Eu acho que é muito importante trazer esse debate sobre a questão do conflito do campo, a realidade do sul do Pará, aqui para a universidade. Parece que, não só na PUC, mas na universidade brasileira, nem sempre a gente encontra espaço para falar sobre a questão da terra, sobre a violência no campo. Essa iniciativa de trazer o Frei Henri e a Dona Joelma foi importante até para desencadear a partir daí uma reflexão maior sobre esse tema. Nesse sentido, eu gostaria de convidá-los para o nosso debate amanhã na UFRJ, na Praia Vermelha, promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, que funciona lá no Centro de Filosofia. Essa pesquisa foi iniciada há mais de dois anos, inicialmente com trabalho voluntário, mas a UFRJ assumiu o desenvolvimento do projeto. Nós estamos elaborando um banco de dados sobre os últimos 30 anos da escravidão contemporânea e o nosso objetivo é deixar para o futuro, para a história desse país, registrado que a escravidão contemporânea é uma realidade, não só no sul do Pará, em todo Brasil sob diversas formas. O grupo de pesquisa tem o prazer de receber esses visitantes que são experiência viva dessa luta. A vida do Frei Henri é uma vida rica nessa batalha que ele já vem [travando] há muitos anos. E a Dona Joelma representando a mulher, a realidade do sul do Pará com toda essa força, é uma lição para todos nós.*

**Público:** *Eu estou também emocionado de estar aqui presente. Eu tive a oportunidade de participar da entrevista coletiva, mas eu sou médico, não sou jornalista. Sou fundador de uma organização chamada Viramundo e também vim representar a Rádio Maré Manguinhos na Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Eu perguntei o que é que tem dentro dessa gente. Perguntei para a Dona Joelma e para o Frei Henri: o que é que tem dentro dessa gente que faz essa gente apresentar essa coragem? E aí não foi isso que ela me disse, não foi isso que o Frei Henri me disse, mas eu interpretei que é a sensação de pertencimento à história. Eu tive oportunidade no Ministério da Saúde de trabalhar no norte do Ceará, de 1986 a 1989. E no primeiro de maio de 1989, 200 malucos de uma cidade de 50 mil habitantes, uma população parecida com a de Rondon do Pará, Camucim, no Ceará, perto do Piauí, 200 malucos foram para a rua para protestar contra a UDR e contra o assassinato de Chico Mendes, seis meses antes.*

**RRF** - *UDR é: União Democrática Ruralista.*

**Público:** *Exato. Democrática? Antidemocrática. Depois eu fui para São Bernardo do Campo, uma história um pouco do retirante, embora eu seja formado aqui pela UFRJ, eu sou daqui do Rio. Eu fui para o Ceará e depois fui para São Bernardo do Campo como se eu tivesse muito em miniatura a minha experiência em comparação com a experiência desses heróis. Mas eu fui a São Bernardo do Campo onde nascia o Partido dos Trabalhadores. E eu vi, não diria que uma insensibilidade, eu percebi diretamente uma letargia na questão da reforma agrária. Então, as pessoas na cidade grande estão letárgicas, talvez porque nós na cidade grande estamos atravessados por uma violência que também está no dia-a-dia.*

*A Viramundo nasceu para fazer um trabalho na Rocinha. E a gente sabe também como é a violação dos Direitos Humanos na Rocinha. Os crimes contra humanidade são praticados dos dois lados. Praticados por uma polícia que também está lá em Nova Iguaçu praticando a barbárie. Nós estamos em estado de calamidade pública, hoje, na cidade do Rio de Janeiro, que veio se acumulando. Então, onde entra a questão da reforma agrária aqui? É preciso que a gente ligue as coisas. Se a gente não ligar as coisas, nós não vamos nos movimentar. Eu concordo com todos que me precederam que o sul do Pará é aqui. Mas o mundo a gente muda a partir de onde a gente está. Em cada lugar. E se a gente não ligar todas as coisas, nós não vamos conseguir vencer toda a população da urgência, quase milenar, da reforma agrária. Que é uma questão fundamental para todos nós, para que a gente possa ter a esperança de um dia viver numa sociedade feliz. Porque na nossa sociedade predomina a infelicidade. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Dona Joelma, nós agradecemos a presença de vocês aqui. Muito obrigado.*

**Público:** *Boa noite. Meu nome é Maria Batista, eu sou estudante de pós-graduação aqui na PUC. Estou muito feliz e queria parabenizar a Dona Joelma pela sua luta, pela sua garra. E dizer para você nunca desistir do seu ideal. Porque é através dessa união que nós vamos conseguir fazer justiça. Sem parar de lutar, por mais que nós percamos pessoas queridas. E dizer que se nós mulheres não nos unirmos com a Dona Joelma nas nossas comunidades, como acabou de falar o companheiro agora, nós jamais vamos conseguir uma reforma justa. É através dessa união que nós vamos conseguir mudar esse sistema.*

*Eu gostaria de perguntar para a Dona Joelma: como você se vê no seu Estado lutando, qual o apoio que você está tendo dos parlamentares e das mulheres do seu estado?*

**Maria Joel:** Uma pergunta que é tão difícil de eu responder. Num outro momento em que estive reunida aqui com várias pessoas, no dia que eu cheguei, alguém fez uma pergunta parecida. Primeiro eu vou responder sobre a questão da mulher. Quando eu cheguei no Sindicato alguém duvidava, mas a primeira coisa que eu mudei foi a aparência do Sindicato. Porque da forma que era o Sindicato parece que não atraía as pessoas. Então, a primeira coisa que eu fiz foi na aparência, mudar. E vocês sabem que hoje, infelizmente, no nosso Brasil conta muito a aparência. Mudei a visão do Sindicato. Dei assim uma reforma geral, que ainda não terminamos por falta de recursos, mas já tem uma aparência bem diferente do que era antes. Em termos da mulher, nós conseguimos várias mulheres participar da luta.

No dia quatro de novembro agora nós fizemos um grande seminário onde tinha 80 mulheres. E cada uma com um pensamento colocando o que achava, o que devia mudar sobre a questão da política, da previdência, da questão da reforma agrária, dos projetos. Porque tem aí uma fala de que existe o Pronaf-Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar), mas só é no papel. Ainda, de fato, nenhuma mulher recebeu esse Pronaf-Mulher. Então, a gente já fez também uma mudança na cabeça das mulheres, que seus maridos não deixavam participar das reuniões do Sindicato, mas era uma participação de homem.

E hoje nós temos uma participação da mulher. Também nos congressos das federações nós já conseguimos que saia mulher delegada lá da associação do projeto de assentamento. Isso pra nós é uma conquista. No nosso município a questão da nossa luta ainda é muito complicada porque ainda atua o poder econômico. Então, a sociedade que tem o poder econômico ainda acredita na pessoa que tem recurso. Nós temos, mais ou menos, dois ou três vereadores que apóiam a nossa luta. Mas isso é entre aspas.

Não aparecem assim tanto. Apóiam:

– “Olha, Dona Joelma, eu concordo plenamente, tem que fazer assim mesmo. Mas a senhora sabe que eu não posso aparecer. Tem o grande fazendeiro que se ver eu aparecendo aqui muito vai dizer que eu estou apoiando a luta pela terra pra tomar a terra de fulano”...

Temos esse problema. O Prefeito sempre foi uma pessoa que participou junto com o Sindicato, mas também é muito pressionado. Ele sofre várias pressões quando aparece muito no Sindicato. Alguém puxa:

– “Ei, volta pra cá! Tu não pode ir pra lá não”.

São apoios assim que não são abertos. O Prefeito é gente boa, mas não agüenta pressão. Pra vocês terem uma idéia, logo assim que teve áreas ocupadas, os fazendeiros se reuniram e pediram uma reunião com o Prefeito. Mas ele pensou que fosse uma reunião pequena. Daí já estavam todos os fazendeiros mobilizados e lotaram o gabinete do Prefeito. Não teve como comportar todo aquele povo, pois tinha mais de 200 fazendeiros. Tiveram de ir pra um outro local. De lá, a idéia era fazer o Prefeito, que tinha uma relação com nós que nós apoiamos e ele ganhou, ir no Sindicato me buscar pra eu dar um depoimento ali diante daqueles fazendeiros, dizendo:

– “Rondon do Pará nunca mais vai ter uma área ocupada”.

Daí, chegou lá na minha sala, onde eu atendo os trabalhadores, o Prefeito, o Presidente da Câmara dos Vereadores, um tenente ou sargento da Polícia Militar, não me lembro, um representante dos madeireiros, das serrarias e o representante dos fazendeiros. Chegaram muito bravos, tinha muito trabalhador nesse dia, porque alguém já tinha avisado que tinha uma mobilização na cidade. Quando chegou aquela caravana ali, alguém me avisou. A minha irmã que trabalha comigo:

– “Minha irmã, o negócio chegou aí e tá pesado! Você vai receber?”

Eu digo:

– “Só dá tempo de eu me organizar aqui. Recebo sim. Sem problema”.

Quando chegaram, muito bravos, a idéia era me levar mesmo. Entendeu? Colocaram lá a situação. Coitadinho do Prefeito, todo encolhidinho, porque não era aquilo que ele queria, estava sendo forçado a fazer. Daí eu digo:

– “Não vou. Não faço parte da categoria de vocês. Se vocês querem uma resposta vão para o governo do estado, vão para o Inkra Regional Marabá. Eles tem a resposta que vocês querem. Eu não tenho. Eu não sou governo. Sou apenas a representante dos trabalhadores”.

E não fui. Mas a coisa tava bem feia. Então, só para vocês terem uma idéia. Também nós temos os nossos deputados, teve um ato recentemente dos fazendeiros, após todo esse movimento. A audiência pública com o Nilmário Miranda, que esteve em Rondon, foi numa quadra maior do que esse espaço aqui. De um lado era trabalhador [...] Daí eu coloquei o que eu achava daquele

– “Rondon é da paz”.

E daí falei:

– “Prefeito, eu não vou. Porque não é assim que Rondon vai ter paz. Rondon vai ter paz dessa forma, dessa e dessa”.

E é aqui nosso cartaz: não estamos colocando?

– “Rondon é da paz” (nós colocamos) “O fruto da justiça será a paz”.

Se tem justiça tem paz. [Aplausos]. Então, eu acho mais ou menos eu respondi a sua pergunta, não é, minha amiga?

**Público:** *Meu nome é Viviane. Eu sou estudante do Departamento de Teologia aqui da PUC-Rio. A minha pergunta é para o Frei Henri. Frei Henri, nós sabemos que o trabalho da Comissão Pastoral da Terra é por deixar transparecer a gratuidade do Evangelho e a necessidade histórica da implantação do Reino de Deus, que passa também pela luta pela terra. Gostaríamos de saber qual é a posição da Igreja local do Pará, diante da perseguição a essas lideranças e diante da perseguição a muitos líderes da própria Comissão Pastoral da Terra?*

**Frei Henri:** A Igreja atual, todo mundo sabe, tem diferentes correntes. Não podemos dizer que na nossa região a Igreja [...] Tem que ver a Igreja institucional, um pouco oficial, que diz para o padre [...] E tem que ver a Igreja mais de base. Globalmente, é verdade, temos que reconhecer que a Igreja oficial, nas paróquias, na nossa região mudou muito de 20 anos para cá. Acho que ela respeita o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, talvez mais e mais quando ela vê a realidade como ela é. Respeita. Podemos dizer que ela se envolve, com exceção de alguns casos. Talvez a Dona Joelma poderia responder melhor do que eu. Católica, ela vem de uma Igreja militante. Agora, certamente, por isso também diferente.

Mas é interessante que, por exemplo, no caso do que provocou [a morte] da irmã Dorothy, a Igreja oficial, vamos dizer institucional, através da CNBB, da CNBB Norte 2, deu um apoio muito forte e assinou os

mesmos documentos questionando muito a política do agro-negócio, que destrói tudo em função do lucro. Ela assinou um documento muito forte. Na nossa região também. O nosso bispo, que nunca tinha se manifestado muito concretamente, fez algumas declarações muito fortes. No caso recente da [Irmã] Dorothy. Senão, tenho que reconhecer. A Igreja passa atualmente por uma outra fase. Esperamos que vai surgir outra. De fato, não está se envolvendo muito. Apesar de que a Pastoral da Terra é ligada à CNBB, é também uma entidade ecumênica, de certa maneira. Também temos que valorizar que nessas lutas aparecem líderes de outras igrejas que se juntam na mesma luta pela terra.

**RRF:** *Pelo adiantado da hora, tendo ainda cinco pessoas inscritas, a sugestão da Professora Cida é de que a gente não aceite mais novas inscrições.*

**Público:** *Meu nome é Rosemeri. Eu sou aluna do curso de Pós-Graduação em Violência Doméstica. Eu organizei, tive o privilégio de organizar, um livro junto com uma Delegada de Polícia daqui do Rio de Janeiro (DEAM), de Nova Iguaçu, que fala sobre a violência doméstica e sexual. Ele estava na minha bolsa e achei que seria uma oportunidade muito feliz, uma vez que você enriqueceu a nossa vida, de enriquecer a sua vida também com um exemplar desse livro, e dizer para você que nós estamos incorporadas nessa luta.*

**Público:** *Eu queria dizer para vocês que esse convite para ir a ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), para que o Frei Henri e a Dona Maria Joel recebam o título de cidadãos do Estado do Rio de Janeiro é muito importante. É uma forma de pressão e quem puder ir e levar mais um companheiro, ou uma companheira, é um ato de muita importância. Agora, eu tenho duas perguntas. No sul do Pará, no Pará em geral e em outros lugares, o crime de madeireiros e fazendeiros está compensando. E crime não pode compensar. Eles têm dinheiro e compram gente. Não vou dizer que eles compram porque não tenho provas. Mas isso é o que acontece. Devem comprar polícia, delegado, juízes, prefeito. Só assim se pode entender que essa impunidade continue, que os matadores continuem sem serem presos, mas quando são presos, são soltos. Enfim, que a justiça não é feita. A minha preocupação é a seguinte: como fazer para tirar o dinheiro do bolso deles? O título das terras que eles têm, eu soube que fizeram um levantamento por satélite para confrontar a área que eles dizem de terra que é deles, com os documentos que o governo tem, e tem muita área de documento*

falso. Então, eu acho que uma das pressões que a gente podia fazer é isso, dizer: "Queremos que essas terras sejam realmente legais. O que está na mão do fazendeiro tem que ser legal. Se não é legal, não pode estar lá". E aí é uma maneira de tirar o dinheiro e o poder do bolso deles. E só por aí eu acho que a gente começa mexer. Agora, isso só vai acontecer se tiver pressão daqui de dentro para lá e de lá de fora, esse ano o Brasil na França, eu acho que tinha que ter um lugar de pressão de lá de fora para cá. Porque eles ficam muito envergonhados aqui dentro, quando se faz péssima propaganda lá fora. Eu acho que está na hora do nosso patriotismo fazer uma péssima propaganda do Brasil lá fora para mudar isso. Outra coisa, eu soube também que há um projeto de lei para que as terras onde haja trabalho escravo sejam desapropriadas por ritmo sumário, enfim, de uma maneira mais rápida. Essa PEC (Projeto de Emenda Constitucional) está rolando, era para ser votada no ano passado, não foi. Queria saber do Padre Ricardo como é que está isso? Como é que a gente poderia fazer pressão? Porque quando há um caso [como o] da Irmã Dorothy, quando houve o do Chico Mendes, se faz pressão a coisa acontece. Não pode ser mais uma coisa espasmódica, gente! Tem que ser uma pressão cada vez maior, cada vez crescente, daqui para lá, do mundo de fora para cá. Senão, não vai acontecer. Frei Henri, essa pergunta é para você agora.

O Dom Pedro Casaldaglia já saiu de lá (de São Félix do Araguaia), já entrou um novo bispo, que, segundo eu soube, posso estar errada, é um franciscano. E se é um franciscano, é da linha do anterior, ou é um conservador?

**Público:** Eu sou Luiza Helena, Professora do Departamento de Serviço Social. Eu só queria manifestar aqui a minha alegria, enquanto Professora do Departamento, de poder ter no nosso quadro docente o Padre Ricardo. Isso aqui é uma universidade católica. Nós, hoje, só podemos ter esse evento em função da presença dele. Esta clara a importância do movimento das Comunidades Eclesiais de Base, da formação política da população, infelizmente, a gente, que participou ativamente, hoje vê completamente esvaziado. Daí a importância de ter o Padre Ricardo trabalhando aqui na formação de alunos. Ele trabalha na Graduação. Esse é um espaço que a gente tem de formação compromissada, como militante e como profissional. Então, me orgulho muito de ter o Padre Ricardo como membro do corpo docente do nosso Departamento e ter possibilitado a nós ter essa perspectiva da situação e uma visão compromissada da Igreja Católica. Eu sou católica e me orgulho muito de ter

*nesta mesa dois padres. E eu sinto, às vezes, muita saudade dessa Igreja. A Igreja dos pobres, a Igreja compromissada, pois sei da importância dessa Igreja. Se nós temos hoje na PUC-Rio esse trabalho maravilhoso da inserção de alunos de baixa renda durante dez anos, é porque nós tivemos dois padres a favor dessa luta: um é o nosso Reitor [Pe. Jesus Hortal] pois, com certeza, sem ele não teríamos esse projeto. O outro é o Frei Davi. Então, eu acho que a Igreja, os padres, tem que saber da sua importância no momento em que eles são compromissados, da luta junto com a população. Eu acho que dá uma outra conotação. Eu acho isso super importante. Quero dizer, como professora dessa casa e como católica, da minha alegria de ver dois padres nessa mesa com essa postura.*

**Público:** *Boa tarde a todos. Meu nome é Iraci França. Eu sou presidente da Associação Brasileira de Enfermagem. Me apresento assim porque para essa categoria, não sei se vocês lembram, em 29 de janeiro houve a Operação Predador. Foi uma operação que prendeu uma pessoa que há 13 anos a categoria denunciava, o presidente do Conselho Federal de Enfermagem, a maior autoridade. Uma pessoa que há 13 anos vem sendo denunciada sobre as atrocidades que são feitas. Daí a gente se depara com a impunidade, com a questão da venda. Alguém perguntava como parar isso. O CRE (Conselho Regional de Enfermagem) é uma autarquia, nós tentamos fazer com que a categoria não pagasse, não pode. E a gente vai percebendo as dificuldades de determinadas nuances. A Operação Predador denunciou, ele ainda está preso, a gente pede a intervenção nessa entidade que é uma autarquia, mas o Ministério do Trabalho diz que não pode porque é uma autarquia federal. A gente, entendendo algumas nuances, vai entendendo as limitações de algumas situações, mas o que mais nos angustia é a impunidade. Hoje a gente tem, e é denunciado, quatro mortes diretamente ligadas a essa pessoa. Essas mortes, esse processos não caminham. A morte de dois enfermeiros que eram lideranças, Marcos Valadão, que era Presidente do Sindicato e Presidente da Associação Brasileira [de Enfermagem], um outro enfermeiro aliado dele que começou a fazer denúncia foi assassinado e o motorista dele. Essas são evidentes. Foram tantas outras que a gente relaciona. E isso [ocorreu] no Rio de Janeiro. Uma outra relação que se pode fazer é com a situação de calamidade da saúde pública no Rio de Janeiro. Ontem eu estava numa reunião na qual se perguntava para nós cariocas, era uma gaúcha que participava da intervenção, cadê o Rio de Janeiro, cadê vocês que foram tão participantes, ativos? Alguém falou*

*dos caras-pintadas. Cadê nós? Aonde nós estamos? Eu queria terminar, primeiro, parabenizando vocês. Vocês energizam trazendo para cá essa prática. Eu ia perguntar [para a Dona Joelma]:*

*Aonde você encontra a sua energia? Você já veio relatando como é que você faz. Deve dar um medo danado, mas dá uma tranquilidade. Eu acho que o Frei Henri também falou uma coisa interessante que eu gostaria de ouvir um pouco mais [para a Dona Joelma]. Quando foi feita uma pergunta sobre a Igreja Católica, ele disse:*

*– “Talvez ela possa responder melhor. Ela é uma católica militante”.*

*Para mim é uma pessoa que tem fé, que acredita na vida, que acredita na justiça. Eu entendo que isso te energiza. Gostaria que você falasse mais para que eu pudesse sugar um pouco mais disso.*

**Frei Henri:** São várias perguntas. Sobre o sucessor de Dom Pedro. O que eu ouvi falar é que a impressão inicial é boa. Foi o que ouvi falar! O que me parece é que da maneira em que vive Dom Pedro, extremamente simples, ele gostou. Bom, normal para um franciscano, mas nem sempre é desse jeito. Uma outra pergunta que surgiu, se não é possível fazer uma mobilização de todo mundo sobre o problema da terra. Eu não sei se muita gente no Brasil, inclusive nessa cidade, nesta universidade, percebe o que está em jogo atualmente no problema da terra com a entrada massiva, com muita força, do agro-negócio. E com a soja que tem conseqüências extremamente graves sobre o solo e a destruição. Tem um problema ecológico fundamental. Além disso, provoca também o problema do trabalho escravo, ou seja, a destruição de muitas vidas humanas, de sua dignidade. Uma coisa extremamente grave. Para que possa ter mobilização tem que perceber o que significa esta entrada massiva desta força econômica e política do agro-negócio.

A outra pergunta [é] sobre a reforma agrária no governo Lula. Esse é que é o problema de se perguntar se realmente o governo federal tem a vontade política da reforma agrária. Pode-se fazer a pergunta agora. Para funcionar tem que ter a vontade política. Será que existe atualmente?

Sobre a pergunta da senhora aí [De onde vem a energia para a luta?]. Bom, honestamente, o que me anima muito, muito é de encontrar, isso é uma graça para animar uma vida, é de ter uma causa que vale a pena. Eu tive essa sorte na minha vida. Não é a primeira vez que estou mexendo com problemas de injustiça, de pobreza, etc. Antes, na França,

trabalhei muito com o problema dos trabalhadores estrangeiros que vieram da África, nos anos antes de eu vir aqui, de 1970 a 1978, para trabalhar nas fábricas francesas. Eu convivi um pouco com isso. E lutei muito para isso. Mas o que anima uma pessoa é de ser companheiro, de ver a situação dos outros. Aqui desde que estou, conheci ela [Dona Joelma], fui lá na sepultura [do Dézinho] logo quando seu marido foi assassinado. Mas essa aqui é uma graça de Deus, que anima qualquer pessoa.

Penso uma coisa estranha na minha vida: aqui no Brasil fui a alguns eventos, como esse aqui, um pouco espetaculares, enfim, fui sempre acompanhar uma mulher da envergadura dessa aí [Dona Joelma]! Por exemplo: em 1989, como vocês sabem, bicentenário da Revolução Francesa, não era qualquer brincadeira e o governo francês, que na época era de François Mitterrand, com sua admirável mulher, Danielle Mitterrand. Um exemplo de defensora dos Direitos Humanos no mundo, não é qualquer pessoa! Organizaram um tipo de congresso internacional com vítimas de violações dos Direitos Humanos de todos os países. Inclusive, foi exatamente nesses dias que se realizou o massacre na China, quando os estudantes foram assassinados, presos e reprimidos. Então, eles convidaram, entre outros, líderes de vários continentes da luta pela justiça, pelos Direitos Humanos. E no Brasil decidiram convidar uma pessoa que representa a luta dos camponeses e escolheram uma pessoa que nos anos 1980 – agora é diferente, conquistaram muita coisa – era uma humilde quebradora de babaçu, que vivia disso.

Agora existe uma Associação da qual ela é a Presidente, mas na época ela era de uma pobreza inimaginável. Mas era uma pessoa que tinha fibra. E ela, para sobreviver, ia colher babaçu nas matas e recebia tiros dos fazendeiros que não deixavam. Essa mulher que foi escolhida, inclusive era uma filha espiritual do Padre Josimo, que foi assassinado em 1986, ela foi a última pessoa que encontrou ele. Então, ela foi convidada para representar a América Latina, em Paris, no congresso. Eu a acompanhei, como intérprete. E da maneira que ela se expressou numa assembléia que tinha vários chefes de Estado, que estavam presentes grandes intelectuais sobre a tortura que sofreram. Era incrível ver. Isso é que anima [...] (2)

Depois eu acompanhei também várias vezes Luzia Canuto, que ela [Dona Joelma] conhece, e que Padre Ricardo conhece muito bem. Uma mulher de fibra que anima qualquer pessoa. Luzia Canuto que, aos 17 anos, teve o pai assassinado, sua mãe constantemente ameaçada

de morte, seus irmãos, mais tarde, seqüestrados e assassinados, em 1990, seu terceiro irmão tentaram assassinar, foi seqüestrado, escapou por milagre, cheio de bala. Seu marido, tentaram assassinar ele. Eu a acompanhei. Ela foi Presidente do Comitê Rio Maria até agora, mas se mudou. Sofreu todas as perseguições possíveis. Marginalizaram ela, até o Prefeito, dois anos atrás numa escola do interior, exatamente no lugar que estavam os fazendeiros mais duros. Em janeiro deste ano, eleito novo Prefeito de Rio Maria, infelizmente, da linha mais dura dos fazendeiros. Na presença dela e do seu irmão durante a posse do novo Prefeito, quando solenemente se chamaram algumas pessoas para que fossem apurados os votos da Diretoria da Câmara Municipal, chamaram na presença dela um daqueles mandantes do assassinato do seu pai, condenado em maio a 19 anos e dez meses de prisão, que está livre por recursos, conforme expliquei.

Chamaram esse rapaz na mesa, solenemente, na mesa, na presença de Luzia Canuto e de seu irmão. Essa mulher agüenta tudo. Estou dizendo isso, porque eu tenho esta sorte de encontrar na minha vida, a cada momento, esse tipo de pessoa que te anima nas suas raízes, nas suas convicções mais profundas. E agora é essa aí [Dona Joelma] que vocês ouviram. Quem é essa senhora? O que esta mulher não vai provocar em vocês aqui? O que ela não vai animar em nós?

Acho certo que Letícia Sabatella e os outros que estão aqui vão para Rondon do Pará. Não só para evitar que tenha mais massacre, que pode ter a qualquer hora. É verdade! Porque agora Rondon do Pará é como Anapu. Se tem dois lugares explosivos no Brasil, ao menos no sul do Pará, Anapu menos, por causa da Irmã Dorothy. Mas esse lugar é explosivo, não só para ela, mas para outros. Ao ver uma pessoa dessas, nesses dias, eu vou acompanhar com o maior prazer, entendeu? Poder ouvir um pouco mais da vida dela. Então, realmente, é isso aí que me anima. A minha convicção mais profunda de fé é continuar com muito otimismo nessa luta.

**Maria Joel:** Quando ela [Professora Luiza Helena] falou aí de fé, é verdade. Eu tenho muita fé. É por isso que hoje eu estou aqui. Porque eu venho lá da Igreja Católica. Eu fui aquela menina que fez a primeira comunhão, fiz a crisma e passei também no grupo de jovens. E quem era o meu líder? O meu esposo. Foi através desse grupo de jovens que eu conheci o meu esposo. Eu era jovem, adolescente, passou dois, três anos ele me conquistando. Porque eu era muito novinha, não namorava

ainda. Então, houve uma conquista. Daí já teve Deus em nosso meio. Quando se ama, de fato, verdadeiramente, lá tem uma fé, lá tem um amor. Também pra dizer pras nossas companheiras, o Dézinho foi meu único namorado, o meu único homem, o pai dos meus quatro filhos. Então, dá pra se imaginar o amor, a relação que nós tínhamos. Foi conquista mesmo. Foi amor e paixão.

Mas também na Igreja eu aprendi, isso é bíblico, diz assim: “Sejam os meus imitadores. Ide, anunciai e pregai o Evangelho”. Vocês conhecem essa frase. Também é bíblico o que diz assim, não me recordo agora qual o livro, diz assim: “Não só anunciai, mas também denunciái”. Então, é isso que estou fazendo. Eu aprendi foi lá, através da Palavra de Deus. E eu peço sempre a força de Deus pra me manter, pra me proteger e as pessoas que me rodeiam, que me cercam, que me desejam bem. E até mesmo aqueles que desejam a minha morte. Eu peço: “Senhor, purificai-me. Livra-me do mal”. Eu acho que cada mulher, que cada homem, por mais que a Palavra de Deus hoje as pessoas não pensem, não analisem, mas eu acho que é bom a gente refletir porque é o único Homem, tanto em cima no céu, como embaixo na terra, que nós podemos confiar de fato. É o nosso grande Deus, que nós nunca vimos e que nós aprendemos a amar e admirar. É isso.

**RRF** – *Recebi uma pergunta sobre o Projeto de Emenda Constitucional que prevê a perda da terra de quem utiliza mão-de-obra escrava, a desapropriação sem indenização. Existe hoje a possibilidade de desapropriação por interesse social ou porque o proprietário não cumpre a função social. Nesses casos o proprietário do imóvel é reembolsado pelo valor da terra e de suas benfeitorias. No único caso conhecido de desapropriação por utilização de mão-de-obra escrava, o fazendeiro Luís Pires, recebeu do governo, por vistoria suspeita realizada pelo Incra, um valor dez vezes superior ao valor do imóvel. Na prática, o fazendeiro foi premiado por utilizar mão-de-obra escrava. A luta que nós empreendemos é outra: o proprietário dever simplesmente perder a terra.*

**Frei Henri:** Duzentos e cinqüenta trabalhadores rurais que foram resgatados e liberados desta fazenda. Depois desapropriada por uma fortuna.

**RRF** - *Desde 1992 o Projeto de Emenda Constitucional está tramitando no Legislativo. Em 1995 foi aprovado no Senado, mas não consegue ser aprovado na Câmara dos Deputados. Nem mesmo no mandato, como Presidente da Câmara, do deputado João Paulo, do PT. Também não foi*

na gestão de Severino Cavalcante. Aliás, o deputado Severino disse que aqui não é França, não é Europa, que se reivindica para os trabalhadores rurais algo próprio apenas para trabalhadores de países ricos. Respeito, água limpa, ele considera coisa da Europa. Se as pressões sociais não forem intensas, o Projeto de Emenda Constitucional, a PEC – Ademir Andrade – continuará engavetado. Também não adianta entrar na pauta e não ser aprovado.

*Eu quero agradecer aos nossos conferencistas, foi muito boa a participação de ambos. Quero parabenizar também o Departamento de Serviço de Social pelo evento. Passo a palavra para nossa diretora.*

**Maria Aparecida** - *Acho que foi muito bom, haja vista o auditório que está quase todo tomado. Eu queria agradecer muito a presença de todos e todas aqui nessa nossa aula inaugural. Sobretudo, agradecer a presença do Frei Henri e da Dona Maria Joel. Foi muito bom. E o Padre Ricardo que foi nosso intermediário nesse contato, trabalhando comigo para que esse evento pudesse se realizar. Eu acho que todos saímos daqui enriquecidos e com esperança. A mensagem que eles nos trazem é de esperança.*

*Quando a gente vê os dois na luta que estão, a gente também tem coragem para a nossa luta também. Eu acho que é um encorajamento, eles têm o nosso apoio. Tem os grupos que o Padre Ricardo coordena. Quem estiver interessado, o Padre Ricardo é Professor do Departamento de Serviço Social, pode somar e se agregar neste esforço que ele vem fazendo para lutar por essa causa dos trabalhadores do sul do Pará, para o enfrentamento do trabalho escravo, acho que a gente pode se juntar a esse esforço também.*

*Eu gostaria de encerrar insistindo no nosso comparecimento a ALERJ na sexta-feira, quando o Frei Henri e a Dona Maria Joel receberão o título de cidadãos do Rio de Janeiro. A nossa presença é uma força a mais para eles. Boa noite e muito obrigada.*

#### Notas

- (1) Frei Henri utiliza a categoria *graça* no sentido religioso de mercê concedida por Deus.
- (2) Ele se referia à Dona Raimunda Gomes da Silva. Ela se tornou conhecida nacional e internacionalmente e exerceu o cargo de Secretária da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista de São Minguel, TO. Também foi membro do Conselho Nacional dos Seringueiros e tema da Escola de Samba de Palmas, TO.